

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	VII
PREFÁCIO	XI
LISTA DE ABREVIATURAS	XV
INTRODUÇÃO	1
1. PREMISSAS TEORÉTICAS	7
1.1 O sistema de direito positivo: conjunto de normas jurídicas.....	7
1.2 Norma jurídica	9
1.2.1 Percurso gerador de sentido	11
1.2.2 A regra-matriz de incidência tributária ...	13
1.2.2.1 <i>O antecedente e o conseqüente da</i> <i>regra-matriz de incidência tributária</i>	15
1.2.2.2 <i>Normas jurídicas primária, secun-</i> <i>dária e completa</i>	19
1.3 A incidência e aplicação das normas jurídicas (tributárias)	21
	XVII

RESPONSABILIZAÇÃO TRIBUTÁRIA DE GRUPOS ECONÔMICOS NA
CONSTITUIÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO E NA EXECUÇÃO FISCAL

1.4	A relação jurídica (tributária).....	26
1.4.1	Obrigação tributária: débito e responsabilidade.....	29
1.5	As provas e o processo de positivação do direito tributário	32
2.	RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA	37
2.1	O sujeito passivo tributário.....	37
2.2	A definição do conceito de responsabilidade tributária e sua natureza jurídica.....	40
2.3	Classificação das espécies de responsabilidade tributária	44
2.4	Limites constitucionais materiais à edição de normas de responsabilidade tributária.....	49
2.4.1	Princípio da capacidade contributiva	52
2.4.2	Princípio da vedação à tributação com efeito confiscatório.....	55
2.4.3	Direito de propriedade	58
2.5	Limites constitucionais formais à edição de normas de responsabilidade tributária.....	60
2.6	Limites legais à edição de normas de responsabilidade tributária.....	64
2.7	Repercussão jurídica do tributo: modalidades ..	68
2.8	Responsabilidade Tributária x Responsabilidade Patrimonial Tributária.....	72
2.9	O requisito da personalidade jurídica para ser sujeito passivo da obrigação tributária	77
3.	GRUPOS ECONÔMICOS NO DIREITO POSITIVO BRASILEIRO	81

SANDRO MIGUEL SIQUEIRA DA SILVA JÚNIOR

3.1	Termo, conceito e definição.....	82
3.2	Intertextualidade no direito (tributário).....	84
3.3	Grupo econômico na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).....	87
3.4	Grupo econômico no Código de Defesa do Consumidor (CDC).....	90
3.5	Grupo econômico na Lei Anticorrupção	91
3.6	Grupo econômico na Lei Antitruste.....	92
3.7	Grupo econômico na Lei das S/A.....	93
3.7.1	Grupo econômico de direito.....	94
3.7.2	Grupo econômico de fato.....	96
3.8	Grupo econômico irregular <i>versus</i> grupo econômico de fato.....	100
3.9	A definição de grupo econômico para o direito tributário positivo	103
3.10	A definição de grupo econômico adotada neste trabalho	106
4.	RESPONSABILIZAÇÃO TRIBUTÁRIA DE GRUPOS ECONÔMICOS NA CONSTITUIÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO.....	107
4.1	Art. 124, inciso I, do Código Tributário Nacional	108
4.1.1	O que é “interesse comum”?.....	109
4.1.2	A situação que constitui o “fato gerador da obrigação principal”	117
4.1.3	Parecer Normativo COSIT nº 04/2018 da Receita Federal do Brasil.....	121
4.2	Art. 30, inciso IX, da Lei nº 8.212/91	128
4.3	Arts. 134 e 135 do Código Tributário Nacional..	135

XIX

RESPONSABILIZAÇÃO TRIBUTÁRIA DE GRUPOS ECONÔMICOS NA
CONSTITUIÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO E NA EXECUÇÃO FISCAL

4.4	Entendimentos jurisprudenciais do CARF e do STJ	140
4.5	Instrução Normativa nº 1.862/2018 da Receita Federal do Brasil.....	151
4.6	Procedimento Administrativo de Reconhecimento de Responsabilidade (PARR) e os grupos econômicos.....	159
4.7	A responsabilidade tributária de grupos econômicos no IBS e na CBS.....	166
5.	RESPONSABILIZAÇÃO PATRIMONIAL TRIBUTÁRIA DE GRUPOS ECONÔMICOS NA EXECUÇÃO FISCAL.....	171
5.1	O art. 50 do Código Civil, após as alterações promovidas pela Lei nº 13.874/2019	172
5.1.1	Desvio de finalidade.....	174
5.1.2	Confusão patrimonial	177
5.2	A desconsideração da personalidade jurídica não é hipótese de responsabilidade tributária	182
5.3	O incidente de desconsideração da personalidade jurídica na execução fiscal.....	185
5.4	Entendimentos do STJ sobre a aplicabilidade do IDPJ na execução fiscal	192
5.5	Entendimento do TRF3 sobre a aplicabilidade do IDPJ na execução fiscal	199
5.6	A posição adotada neste trabalho.....	202
	CONCLUSÃO	207
	REFERÊNCIAS	211